

A VICTORIOSA RAINHA DOS CAMPOS: PONTA GROSSA NA CONJUNTURA REPUBLICANA

Rosângela Wosiack Zulian*

RESUMO

Este artigo pretende estabelecer um contraponto entre o discurso ufanista sobre o Paraná na conjuntura da implantação da República e o pessimismo do discurso da hierarquia católica. A cidade de Ponta Grossa, no início do século XX, embora apresentando um perfil urbano rústico e acanhado é vista por alguns intelectuais da época como uma urbe acolhedora, progressista e destinada a ser a capital do centro do Paraná. Do ponto de vista do episcopado, o Paraná, e nele Ponta Grossa, são vistos como terra de missão, lugar onde a civilização cristã ainda não chegou. O estabelecimento na cidade em 1905, de uma congregação religiosa feminina, as Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, significou, em momentos de renovação da instituição católica, uma tentativa de implantação das novas diretrizes da Sé romana, via educação.

Palavras-chave: catolicismo, educação católica, ultramontanismo, imigração, romanização.

INTRODUÇÃO

Com a proclamação da República realizou-se a separação entre a Igreja e o Estado. Os bispos brasileiros desde então iniciam um combate acirrado e sistemático à filosofia da secularização instaurada com a República, empenhando-se na obra de recatolização da sociedade e do Estado. O posicionamento da Igreja Católica diante do advento da sociedade moderna foi conflituoso, na medida em que estava preocupada em criar seu próprio espaço numa sociedade que entendia cada vez mais

*. Professora do Departamento de História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

secularizada; configurou-se como um lugar social onde seus membros poderiam se abrigar e viver melhor a sua fé, neutralizando assim os impactos da modernidade.

No Brasil, a consolidação do novo regime com seus ideais de progresso e civilização, a ciência e as novas tecnologias, a emergência da autonomia das consciências, de liberdade de pesquisa e de expressão, a participação popular, ainda que limitada, no destino político da nação, eram alguns dos emblemas desse mundo moderno.

A modernidade, com uma identidade profana, e secular, surge carregada de valores que, num primeiro momento, se opõem direta e nitidamente aos valores da identidade evangélica. Ao fechar o diálogo com o sujeito moderno e com uma cultura que despontava como expressão de uma nova realidade política e econômica, em face de um mundo (idéias, instituições, mentalidades, estilo de vida), que se afastava sempre mais de sua influência, a Igreja continuou mantendo seu próprio modelo, plasmado no Concílio de Trento.

Ela se institui nesta nova sociedade e fará jogos sucessivos, oscilando entre o conservadorismo e algumas aberturas não conservadoras na esfera cultural, ancorando-se na relativa modernização que a sociedade brasileira oferecia.

Isto se manifesta muito especialmente na questão do ensino. Essa escola que se instala no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, é uma escola confessional católica, mantida por agentes religiosos, isto é, congregações em geral européias e que tem seu programa de ação social, pastoral e pedagógico alinhado às novas orientações da Santa Sé para a romanização do catolicismo brasileiro.

O momento republicano no Brasil com todas as suas circunstâncias produziu discursos oficiais em prol do reconhecimento do novo regime e pronunciamentos da hierarquia da Igreja. No Paraná e em Ponta Grossa, reflexos desse conflito se fazem sentir através da crônica dos jornais da cidade e cartas pastorais.

Estado e Igreja, na conjuntura republicana, empenham-se na construção de uma identidade nacional. Ambas as instituições concordam por vezes, confrontando-se em outras, num intrincado jogo de influências, interesses, em suma, de poder. Cotejar as concepções presentes nessas falas é a intenção do artigo.

1. A “NOVA PONTA GROSSA” E A CONJUNTURA REPUBLICANA

Como no Brasil, a República se fizera no Paraná "sem qualquer resistência, como se fora apenas mais uma troca de Ministério, com a inevitável derrubada dos políticos da eventual situação"¹. A proclamação não alterara o quadro político provincial: conservadores e liberais continuavam a disputa pelo poder.

O movimento republicano, presente já à época imperial, era pouco significativo e exercia modesta influência na política paranaense: às vésperas do 15 de novembro, havia apenas 31 republicanos declarados² Ponta Grossa, no período, não constitui exceção: o jogo político entre liberais e conservadores, que caracterizou o período provincial, conservou-se no momento republicano, numa alternância previsível entre os membros das elites locais: proprietários de terras, industriais e comerciantes marcaram a fisionomia político-econômica da cidade na passagem para o século XX.

Luis Fernando Lopes PEREIRA (1996:273) comenta sobre a inexpressividade política do Paraná no início do período republicano:

Última província criada no final do Império, em particular para deter o ímpeto separatista dos gaúchos que, após a Revolução Farroupilha demonstravam o perigo iminente de uma ruptura política na região, o Paraná acaba conquistando sua Emancipação Política, embora fosse um território em sua maior parte desabitado e sem fronteiras bem definidas. O regime republicano atinge o estado mesmo quando o mesmo era o 18º em população, ficando à frente somente do Espírito Santo, Mato Grosso e Amazonas, caracterizando-se como um lugar de ligação e passagem, ficando sempre entre a fidelidade para com o Governo Central e a aproximação com o Rio Grande do Sul.

Tradicionalmente ligada à atividade criatória, Ponta Grossa surgiu às margens do Caminho do Viamão, o qual, desde o século XVIII (1730), cumpriu a finalidade de ligar São Paulo ao extremo sul, servindo para passagem de animais trazidos do Rio Grande do Sul para a Feira de Sorocaba.

¹. BALHANA, Altiva P. et al., 1969, p. 186.

². Eram 7 em Paranaguá, 2 em Guaratuba, 1 em Guaraqueçaba e 21 em Curitiba. (BALHANA, op. cit. p. 186).

Localizada no caminho das tropas, que no Rio Grande do Sul, dirigiam-se à Feira de Sorocaba, Ponta Grossa, estimulada pela criação, invernagem e comercialização do gado, integra-se na economia nacional. A atividade tropeira desenvolvida na região deve-se à necessidade de animais de carga e transporte para as minas e, posteriormente (séc. XIX), para o café e o açúcar (PINTO, E. A., 1980, p. 46).

Transformações sensíveis na estrutura social e econômica vão se evidenciando na Ponta Grossa do fim do século, que se manifestam na concentração urbana e em contraste com a dispersão rural de proprietários em busca de outro tipo de atividade³. Em função destas transformações⁴, Ponta Grossa, que parecia confundir-se com o campo que a invadia, assume “ares de cidade”.

A crise econômica das fazendas dos Campos Gerais pode, em termos gerais, ser demarcada como manifestando-se mais agudamente na década de 1860, arrastando-se até o final da primeira década do século XX. Como reação a este estado de crise, a burguesia fazendeira dos Campos Gerais começou a diversificar suas atividades econômicas para manter a sua riqueza. Um dos caminhos foi atuar diretamente no sítio urbano. (LEANDRO, J. A., 1995)

³. Nesse momento de desagregação da sociedade tradicional, "... filhos de fazendeiros de Ponta Grossa, Lapa e Palmeira, fixaram-se nos campos de Passo Fundo, Palmeira das Missões, Soledade, Nonoai, S.Maria, no Rio Grande...Fazendas dos Campos Gerais eram vendidas à colonização russa e a companhias frigoríficas, que afinal, também não se manteriam." (BALHANA, A.P. et al. Desagregação da sociedade tradicional. In **Historia do Paraná**. Curitiba: Grafipar, vol. 1., p. 154).

⁴. Saint Hilaire, ao escrever sobre os Campos Gerais na primeira metade do século XIX, dizia que o quadro urbano regional era constituído por núcleos bastante modestos, onde se concentravam o comércio varejista, uma pequena burocracia, alguns artesãos e umas tantas prostitutas (SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina (1820-1822)**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1978). Apesar deste quadro pouco promissor, a burguesia comerciante regional, ao dominar o mercado de exportação, conseguiu transformar a produção do mate em indústria com altos padrões de tecnificação, mesmo para os padrões mundiais da época. Essa burguesia emergente rearticulou, em seu benefício, o conjunto das relações sociais da região. Em decorrência da exploração do mate em larga escala, generalizam-se no Paraná as relações sócio-econômicas de livre-mercado. Mesmo que a pecuária e o tropeirismo dos Campos Gerais configurassem economia de mercado, a grande maioria da população não participava do aspecto mercantil desta economia, ligando-se a ela apenas episodicamente (PEREIRA, M. R.de M., 1990).

Segundo Magnus de Mello PEREIRA (1990, p. 02-05), para fazendeiros e tropeiros, as cidades dos Campos Gerais eram pontos de passagem, com um significado puramente acessório, locais para o culto religioso, para resolução de questões burocráticas e para a comercialização da produção agropecuária. A cidade por excelência era Sorocaba, em cuja feira anual realizavam seus negócios.

Porém, a economia do mate e suas unidades produtivas centravam-se preferencialmente na área urbana. A burguesia ervateira, os trabalhadores e outros setores indiretamente ligados a essa atividade, habitavam preferencialmente as cidades, pois delas dependiam para suprir suas necessidades. E essas necessidades, que gradualmente cresciam, eram determinadas pela vivência urbana. Segundo o mesmo autor, se os fazendeiros-tropeiros ainda se valiam de padrões de vivência luso-brasileiros, estes eram rejeitados pela burguesia do mate. Os industriais encontraram no ecletismo europeu a linguagem apropriada à sua condição burguesa e urbana. Enquanto os criadores dos Campos Gerais ainda se definiam como fração regional da antiga burguesia colonial, os novos industriais definiam-se como parte da burguesia universal. Este rearranjo sócio-econômico provocado pela economia do mate teve um outro aspecto: a urbanização do Paraná.

Pode parecer estranho falar em urbanização num momento em que nenhuma cidade do Paraná atingia a casa dos 10 mil habitantes. Urbanizada, nesse contexto, não configura apenas uma sociedade que constrói cidades, mas que tem a preocupação de adequar-se à penetração da cultura moderna, burguesa, em todos os níveis, inclusive na zona rural e nas novas fronteiras agrícolas. Pereira também entende que o grau de urbanização de uma sociedade não decorre exclusivamente do tamanho ou do número de habitantes de suas cidades, mas considera urbana uma região cuja dinâmica sócio-econômica está centrada nas cidades⁵.

⁵. Segundo LEONARDI e FOOT HARDMAN “não se pode estabelecer uma relação causal mecânica entre urbanização e industrialização na história do Brasil. As cidades que iriam converter-se nos principais centros industriais do país possuíam um incipiente grau de urbanização, via de regra, e, isto, anteriormente ao surgimento das primeiras fábricas. Claro está que as cidades brasileiras do século XIX, em meio às heranças do sistema colonial e à presença do escravismo, eram ainda pequenas, em sua maioria, e sua fisionomia urbana bastante restrita. São Paulo, por exemplo, iniciara um desenvolvimento urbano a partir de 1870, em grande parte ligado ao movimento do capital comercial e financeiro da economia cafeeira.(...) De qualquer modo, o espaço urbano surge como uma das condições favoráveis à formação e desenvolvimento do capital industrial. Em que sentido, basicamente, a cidade é condição para a indústria? Pode-se dizer que a cidade, ao

Nesse contexto, a região de Ponta Grossa passou a configurar um centro de atração não só para aqueles advindos do meio rural, como para outros migrantes, nacionais e estrangeiros.

Também se verifica o aumento das atividades urbanas propriamente ditas, como lojas de varejo, e profissões como advogados, sapateiros, ourives, padeiros, telheiros, marceneiros, oleiros, ferreiros, curtidores etc, que centralizam suas atividades no centro urbano. (GONÇALVES, 1979)

Essas mudanças foram sentidas de maneira geral por diversos intelectuais e/ou jornalistas paranaenses. Dedicaram-se especialmente a Curitiba, mostrando nos seus escritos o perfil de uma cidade ideal, em franco processo de urbanização, abrindo-se à cultura moderna, “uma camponesa que se torna cidadã”⁶. Quando escrevem sobre Ponta Grossa, a perspectiva que refletem é semelhante. Os valores ou sentimentos de urbanidade parecem impregnar esse grupo de intelectuais ligados à cultura. Um exemplo é Raul Gomes, professor, escritor e jornalista paranaense que, em uma série de crônicas no jornal curitibano “Folha da Manhã” e transcritas em 1912 no jornal “O Progresso”⁷, de Ponta Grossa, comentava:

Tendo visto muita cousa; tendo ouvido muita cousa, tendo colligido optima qualidade de dados estamos em condições de, senão com brilho necessario, ao menos com fidelidade, dizer nos nossos artigos o que é a *victoriosa rainha dos campos*.⁸

concentrar certas atividades econômicas, acaba por criar uma base de serviços necessários à circulação e distribuição das mercadorias industriais, bem como do capital (dinheiro, matérias-primas e máquinas) a ser investido na produção fabril; assim todo o sistema comercial e financeiro (armazéns, lojas, bancos, créditos etc.) e também o sistema viário e de transportes, os serviços de energia elétrica etc. formam um conjunto de atividades indispensáveis à indústria (HARDMAN, F.; LEONARDI, V., 1991, p.121-131)”. Cf. BENEDETTI, L.R., 1984, p. 105.

⁶. Dentre esses intelectuais destacamos a produção de Rocha Pombo, Romário Martins, Nestor Victor, e mais a grande quantidade de artigos nos jornais do período, que enfatizavam as questões da “modernização” e do embelezamento da capital do Estado.

⁷. “O Progresso” foi fundado em 1907 em Ponta Grossa pelo comerciante Jacob Holzmann. Em 1915, passou a chamar-se “Diário dos Campos”, denominação que conservou até sua última publicação, nos finais da década de 70 (n.a.).

⁸. Jornal “O Progresso”, Ponta Grossa, nº. 586 de 16 de julho de 1912.

(...) Pelas ruas, movimenta-se gente em grande porção. Às lojas entram e saem cavalheiros e senhoras, azafamados e prestos. Carros, carroças e carrinhos cruzam-se, aquelles conduzindo passageiros, essas cargas e estes pequenos volumes.

Nas grandes casas commerciaes o trabalho é enorme porque dellas se abastece todo o interior do Estado.

O movimento urbano ultrapassa o tamanho da cidade. Ve-se gente por toda a parte. À noite o povo flana nas ruas, penetra as lojas, enche os tres cinemas, frequenta os clubs.

Ponta Grossa conta 3.800 casas, sendo quasi todas de tijollos e de feitura solida e resistente. A população da cidade é calculada em 15.200 almas e a do municipio em 20 mil espalhadas por uma extensão aproximada de 36 leguas quadradas.

Um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado de ha dez annos atraz na “urbs” agitada e triumphal de hoje foi, indubitavelmente, a vontade energica e indomavel do povo pontagrossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgirem os melhoramentos que outhorgarão à princesa dos campos o titulo incontestavel de *cidade ideal*⁹.

As crônicas de Raul Gomes mostram uma cidade viva, otimista, promissora, impressões que Nestor Victor ratifica em seu livro “A terra do futuro”, de 1913. No capítulo intitulado “A Nova Ponta Grossa”, escreve:

O hotel onde fiquei acha-se na parte antiga da cidade, parte cuja área eu já conhecia de outros tempos e que não é nada seductora. Ainda nos fala da alma meio dorminhoca e pesadona do antigo villarejo que foi isto.

(...)seriam, talvez, oito horas quando fui para a janela do hotel. Já se tinham aberto os estabelecimentos commerciaes da visinhança e era um tanto animado o transito das ruas. Quando estive em Castro, ha vinte e tantos annos, a essa hora, ainda quasi que toda a gente dormia ali, e é de presumir que o mesmo acontecesse nesta outra cidade dos Campos. O facto a que me refiro já representava, por conseguinte, agora, uma feliz modificação que o progresso trouxera aos habitos da terra.

À noite eu já notara, entre os frequentadores dos clubs e dos cinemas, uma porção de indivíduos cuja linha já era muito diversa da do provinciano segregado, amatutado, canhestro, que eu conhecera outrora (VICTOR, 1913, p. 307; 318).

⁹. Jornal “O Progresso” n°. 588 de 20 de julho de 1912.

Epaminondas HOLZMANN (1966:325), jornalista, descreveu os momentos em que Ponta Grossa acolhia periodicamente famosas companhias de arte dramática, nacionais e estrangeiras. Os teatros “Sant’Ana”, “Recreio”, “Renascença” e “Éden” movimentavam amiúde suas ribaltas em noitadas memoráveis:

Ponta Grossa tinha a suprema honra de hospedar a ‘Companhia Dramática Italiana’, em que era protagonista uma das maiores glórias da cena mundial- a brilhantíssima Clara De La Guardia, considerada a Sarah Bernhardt da Itália. E a temporada de 1912, qual a de 1908(...) foi um acontecimento social de envergadura. Era de ver-se o desfile de modas das senhoras e senhoritas do passado: ‘toilettes’ primorosas, chapéus moderníssimos, leques de plumas, brincos de brilhantes, anéis de alto preço, colares vistosos e outros adereços ornavam, com apuro e bom gosto, as distintas freqüentadoras dos teatros da época, querendo cada uma suplantar as outras em elegância e parecendo tôdas destinadas a brilhar no ‘Municipal’ do Rio de Janeiro, jamais nas cadeiras coloniais do ‘Recreio’ ou nos grotescos camarotes do ‘Sant’Ana’. Os cavalheiros não lhes ficavam atrás: compareciam envergando seus fraques bem talhados e portando luvas de pelica. E dizer-se que isso acontecia há meio século atrás, quando Ponta Grossa não tinha mais do que quatro quadras revestidas de calçamento, na rua 15! É possível que hoje muita gente se recuse a acreditar nos hábitos refinados dos bisavôs e bisavós pontagrossenses; garantimos, porém, que não se trata de lenda: é a expressão da mais genuína verdade (HOLZMANN, E., 1966, p.325-326).

Esses escritores que comparam o antigo “villarejo” de alma “dorminhoca e pesadona”, o “burgo apagado de ha dez annos atraz”, à “urbs agitada e triumphal de hoje”, tentam construir uma nova imagem de cidade. As contínuas menções aos hábitos urbanos na vestimenta e ao requinte de alguns na maneira de viver e apreciar uma cultura “à européia”, querem revelar uma cidade adequada, normatizada e progressista. Seus habitantes, outrora amatutados e canhestros, hoje são cidadãos dignos de um também novo Paraná.

Essas novas visões sobre a cidade pretendem construir uma ideologia do progresso que, nesses momentos de consolidação do regime republicano, passa a ser veiculada em caráter nacional. Pedro Ribeiro de OLIVEIRA (1985, p. 232-233) assim comenta:

A modernização do Brasil, isto é, a adoção de instituições e do estilo de vida dos países mais avançados - e a França aparece nesse contexto

como o modelo por excelência- é o grande objetivo da elite intelectual brasileira comandada pelos bacharéis. Modernizar o país é adotar o que há de mais novo no plano das idéias, das instituições políticas e culturais, das artes, para estabelecer aqui um estilo de vida equiparável ao da França. Assim é que o Brasil é levado ao mimetismo cultural, cujo exemplo mais notável é a reurbanização do centro do Rio de Janeiro: o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas-Artes e a Praça Paris procuram dar à cidade um ar parisiense.

Toda instituição necessita desenvolver um quadro explicativo que justifique sua existência e sua maneira de organização e funcionamento, tanto para seus membros quanto para a sociedade na qual se insere. O mundo institucional busca legitimar-se, isto é, busca formas pelas quais possa ser racionalmente explicado e justificado.

BERGER e LUCKMANN (1996:88;140-141) afirmam que o universo simbólico localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro, ordenando a história. Liga os homens com seus predecessores e seus sucessores numa totalidade dotada de sentido; instituições e papéis particulares são legitimados por sua localização num mundo compreensivelmente dotado de significado. Também em Ponta Grossa, os artigos nos jornais que privilegiavam a cidade e seus melhoramentos, ajustam-se aos anseios de civilização e progresso nacionais.

A esse respeito, José Murilo de CARVALHO (1990:10) afirma que nos primeiros anos do regime republicano tornou-se necessário um *extravasamento* das visões de República para o mundo *extra-elite* como forma de legitimação do novo momento sócio-político do país, pois o povo *assistira bestializado à proclamação da República*. Diz ainda o autor que esse extravasamento "não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria que ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos e os mitos".

Isto porque até o final do Império, a figura do imperador estabelecia o consenso nacional e representava a Nação. Com a ruptura política criada pela ascensão do regime republicano, criou-se um vazio no imaginário popular, pois essa figura, simbólica e quase sagrada, deixara de existir.

Era necessário construir uma outra imagem que se identificasse com a população e que desse respaldo ao regime político que se implantava. Continua o autor:

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. (...) Mirabeau disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo.

A associação discursiva entre “*ordem e progresso*”, emblematicamente inscrita no pavilhão republicano, passa a ser vista como a mais sintética das formulações de um projeto de futuro a ser implementado em todo o país. De acordo com os princípios positivistas, o emblema nacional deveria ser um símbolo de fraternidade e unir o passado ao presente e ao futuro. A ligação com o passado se dava na conservação de parte da bandeira imperial, mantendo-se o desenho e as cores, representações de nossa natureza e de nossas riquezas. Até mesmo a cruz permaneceu no Cruzeiro do Sul, uma cruz leiga que podia ser vista com simpatia pelos católicos. Reconhecia-se desse modo, o passado, a tradição, tanto política como religiosa, pois a Monarquia e o catolicismo eram fases da evolução da humanidade, a ser superadas, mas necessárias e portadoras de aspectos positivos (CARVALHO, 1990, p. 113).

Emergia uma nova idéia de nação e, pela descentralização política, um novo espaço para os regionalismos. É desse momento a construção das identidades regionais, manifestadas em movimentos como o gauchismo (Rio Grande do Sul), o mineirismo (Minas Gerais), o bandeirantismo (São Paulo) e o paranismo (Paraná)¹⁰.

Entendiam os paranistas que era preciso criar uma identidade paranaense, a identidade de um estado que não tinha sequer a garantia de suas fronteiras territoriais¹¹.

¹⁰. “O Movimento Paranista surge, portanto, no início do século, em uma Curitiba que vive a efervescência cultural propiciada pelo surto econômico da erva-mate e, acima de tudo, em uma época que carecia de novas representações políticas e tradições regionais, já que desaparecera a figura do Imperador que congregava em torno de si a Nação e se construíam novas identidades” (LOPES PEREIRA, op.cit., p. 277). Existente já no século XIX, a ideologia paranista teve, em Romário Martins, o seu principal sistematizador e divulgador no início do século XX.

¹¹. O Paraná, nesse momento, perdera parte de seu território para Santa Catarina na Questão do Contestado, após uma série de acordos políticos. No caso, a habilidade política dos catarinenses foi maior, ao pressionar e negociar com o Governo Central. Com mais de 2/3 de sua área desocupada, o Paraná buscava, no incentivo à imigração, resolver este problema e povoar o território (LOPES PEREIRA, op.cit., p. 297).

Uma das primeiras preocupações do Movimento Paranista era a multiplicidade étnica já presente no estado por conta do incentivo à imigração. O Paraná não era formado apenas por paranaenses, mas por uma heterogeneidade cultural que deveria ser incorporada à Pátria.

Conforme afirma Décio Roberto SZVARÇA (1993:05):

Deve-se considerar ainda, que o período 1890-1910 é chamado da ‘grande imigração’ devido ao afluxo de estrangeiros das mais diversas etnias, em geral europeus que se dirigem para o Brasil e para o Paraná em especial. Este novo e diferenciado contingente populacional colocava a necessidade, para a elite local, de incorporá-lo ao seu projeto de sociedade.

Dessa forma os paranaenses se dedicaram à construção de um novo Paraná, sem enfrentamentos com o Governo Central, objetivando contribuir com a consolidação republicana.

Influenciada pelos ideais positivistas de progresso que marcaram a primeira República, o Paraná pretendia também entrar na *modernidade* com a urbanização e a proliferação das produções culturais em sua capital (...) Construir a imagem do Paraná *progressista* seria, portanto, contribuir para a construção da idéia positivista de Nação (LOPES PEREIRA, 1996, p. 279).

Se, por um lado, os intelectuais vinculados a esse projeto modernizador implementado pelo Estado do Paraná na virada do século não cessam de identificar o progresso como “um projeto de futuro” para o país como um todo, também é significativa a presença nesse momento de uma preocupação com a *invenção das tradições*¹². Margarida de Souza NEVES (1992, p. 78) assim comenta:

Busca-se, de múltiplas formas, reconstruir a história, tanto por uma releitura do passado como pela identificação de uma meta comum de futuro, através de uma memória coletiva que se pretende “nacional” e que sublinha as descontinuidades representadas eminentemente pela implantação da forma republicana por sobre as continuidades de uma sociedade marcada por seu caráter historicamente excludente e hierarquizador.

¹². HOBBSAWM,E. & RANGER,T.(Orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Assim, pretendia-se construir a idéia de um estado cujas bases seriam o progresso, a ordem e a civilização, um local privilegiado e atraente, com um futuro promissor. Quando se refere a Ponta Grossa, é essa a motivação de Raul Gomes: a construção da idéia de uma cidade que, como o Paraná, não é “*ponto de passagem*” e intermediação, mas um local com identidade própria, onde valeria a pena viver:

Num alto, situada no segundo planalto paranaense, em plena campanha, beijada por ventos contínuos, Ponta Grossa não é victima de variações climatológicas de consequencias fataes. O verão transcorre sem esses calores que suffocam e crestam tudo. Não há ali o horror das soalheiras, tornando insupportavel a vida estival. Assim, tambem, si o inverno é rigoroso, o frio que elle traz é secco, bom saudavel. Por isso aquelle povo é vigoroso, forte, com tonalidades soberbas nas faces transbordantes de saude¹³.

O habitante da cidade também se identifica com esse tipo de construção ideal:

O corpo possante, espadaudo, com musculos que parecem ferro nos dá idéa do dos americanos do norte ou dos paulistas. E não poderia ser por menos porque o meio faz ou adapta o homem ás suas circumstancias (sic). Um sabio que estudasse Ponta Grossa concluiria, sem conhecer o pontagrossense, por gisar, em traços inapagaveis, o seu typo inconfundivel.

A tonificação, o ar puro dos campos, infiltrado no organismo como uma therapêutica natural, entre outras consequencias, torna o homem de pulmões formidáveis.

Por isso é que a voz do pontagrossense é de um volume extraordinário e se distingue onde quer que seja ouvida.

Tambem ali, naquella terra admiravel, não se nos deparam pelas rua typos enfesados, esqueleticos, que mendigam com as mãos e com o olhar (...) A vida forte e rija jamais origina vagabundos: o individuo cujo sangue é vermelho e quente não sofre da preguiça que é filha do lymphatismo¹⁴.

e que ressalta o caráter empreendedor de seu povo, expresso na cooperação mútua e no trabalho:

¹³. Jornal “O Progresso” n°. 589 de 23 de julho de 1912.

¹⁴. Jornal “O Progresso” n°. 589 de 23 de julho de 1912.

A vida pontagrossense não difere muito da vida de nossas cidades. É uma vida de acção reflectida numa somma elevada de trabalho. O povo moureja afanosamente. Uma ancia de se tornar abastado o insufla dessa febre de actividade, desdobrada numa série de empreendimentos dos mais notáveis, desde que nos coloquemos num ponto de vista de relatividade.

(...) o povo pontagrossense não se encastella num egoísmo aparentado da usura. Pelo contrario. Existe na população um pronunciado espirito associativo, que o leva a se unir e trabalhar sob o pallio de um mesmo pensamento de progresso e evolução sociaes¹⁵.

THOMPSON (1981, p. 189-190), afirma que as pessoas não experimentam suas vivências apenas como idéias, mas como sentimentos e lidam com os mesmos na sua cultura e nos seus valores: valores como ordem, progresso, urbanização, modernização são desejos e “necessidades” e estão presentes nos escritos da intelectualidade da época.

Um novo fator irá estimular as alterações da área urbana da cidade: a implantação da ferrovia. Em 1893 Ponta Grossa tornou-se o terminal da Estrada de Ferro do Paraná, ligando-se com a capital do Estado e com o porto de Paranaguá. O ano de 1896 marca o início da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (1896). Comentando sobre a presença da ferrovia na cidade, diz Edson Armando SILVA (1993:19):

Com a construção da Estrada de Ferro do Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, fazendo entroncamento em Ponta Grossa, tornava-se fácil o acesso a Paranaguá, Curitiba, São Paulo e o Rio Grande do Sul. Somando-se à rede ferroviária, nesta época muito mais importante tanto no transporte de mercadorias como no de passageiros, tem-se uma rede rodoviária, naturalmente precária em leito natural, que desempenha o papel de ligação de Ponta Grossa ao interior do Estado. Abrem-se, portanto, para Ponta Grossa, os mercados do interior, ao mesmo tempo em que se pode, com facilidade, importar as matérias-primas necessárias ao fabrico dos seus produtos.

A ferrovia facilitou o transporte da erva-mate, comprada no interior do Paraná e comercializada em Ponta Grossa. Embora sempre tenha feito parte da economia local, a erva-mate, através dos benefícios

¹⁵. Jornal “O Progresso” n°. 591 de 25 de julho de 1912.

proporcionados pela estrada de ferro, tornou-se um dos principais produtos da economia local (GONÇALVES; PINTO, 1983, p. 53).

Mas a cidade não se limitou às atividades criatórias e ervateiras. Novos estabelecimentos comerciais e industriais foram instalados e/ou ampliados, revelando o processo econômico da região¹⁶. Nesse aspecto, a inauguração da usina de luz elétrica (a cargo da firma Guimarães, Ericksen & Filho) foi um marco no crescimento urbano da “nova Ponta Grossa”.

Alguns trechos da Ata da Câmara Municipal do dia 3 de maio de 1905, comemorativa à inauguração da luz elétrica na cidade revelam, além de seu objetivo principal, traços significativos do local e do momento histórico:

Aos tres dias do mez de Maio de mil nove centos e cinco, (após a inauguração da illuminação electrica que teve lugar na respectiva usina) nesta cidade de Ponta Grossa em a sala das sessões da Camara Municipal, presentes os cidadãos (...) e mais autoridades locaes, funcionarios publicos, Exmas. Senhoras e Senhoritas da elite pontagrossense, representantes da imprensa e das associações, pessôas gratas e grande massa popular (...) abrio-se a sessão. Declarou o Sen. Presidente que a presente sessão tem por fim commemorar o anniversario da Descoberta do Brazil e registrar nos annaes da Camara a data da inaugração da illuminação electrica desta cidade **Saudou á Republica dos Estados Unidos do Brazil e ao Estado do Paraná**, sendo entusiastamente applaudido pelo auditorio com uma calorosa salva de palmas ao som do hynno nacional, que foi ouvido de pé, e ao esturgir de numerosos foguetes (...) subiu a tribuna o Sen. Teixeira Coelho, representante do Clube Literario Recreativo, Gremio Musical Lyra dos Campos e Circulo Socialista Leon Tolstoi, que improvisando

¹⁶. Pela Estatística Industrial de 1918 da Secretaria de Finanças do Paraná, destacam-se em Ponta Grossa as seguintes indústrias: 1 beneficiadora de arroz, 1 cervejaria, 1 fábrica de banha, 5 cortumes, 1 beneficiadora de erva-mate, 1 madeireira, 1 fábrica de pregos, 1 fábrica de sabão, 1 fábrica de palhões e uma fábrica de tecidos. Em 1924, a mesma estatística cita, entre outras: 1 fábrica de colchões e acolchoados, 4 fábricas de banha, 1 fábrica de café 1 fábrica de caixas, 2 fábricas de fogos, 1 fábrica de gasosa, 1 fábrica de erva-mate, 4 fábricas de licores, 2 fábricas de móveis, 1 fábrica de pregos, 3 fábricas de sabões e velas, 1 fábrica de tecidos, 2 carpintarias, 1 cervejaria, 7 cortumes, 6 funilarias, 11 ferrarias, 1 galvanizadora, 1 moinho, 2 marmorarias, 11 olarias, 2 serrarias, 3 selarias, 2 charqueadas. Além de abastecer os mercados do interior e da capital paranaense, a indústria local comercializa com São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como com a vizinha Argentina. (Levantamento de dados e organização: prof. Edson Armando Silva, Departamento de História, UEPG).

bellissimo discurso com referencia ao assumpto magno da sessão, **disse que além da luz electrica, a luz material, falta tratar-se ainda de uma outra luz mais poderosa e fecunda: - a luz da instrucção(...)** fallou o talentoso moço Sen. Dr. Conrado Ericksen Filho, que (...) relembrou uma phrase de seu venerado pai, proferida numa sessão do primeiro Clube Litterario que aqui fundou do qual fôra presidente Honorario, que: **“Ponta Grossa estava talhada para ser a primeira cidade do Estado”**¹⁷. (sem grifo no original).

Nesses três momentos destacados da Ata da Câmara percebe-se a adequação do discurso ao ideal modernizante dos paranistas (a cidade progressista, urbanizada e, por isso, eletrificada); às novas representações políticas nacionais (a República dos Estados Unidos do Brazil e o Estado do Paraná); à aspiração de uma cidade culta e educada (a falta da luz da instrucção); à projeção de seu tipo ideal na construção do futuro da nação (talhada para ser a primeira cidade do Estado).

A cidade cresce, e os sinais do progresso vão aparecendo aos olhos dos viajantes. Um diálogo entre Nestor VICTOR (op. cit., p. 307-308) e o Dr. Miguel Quadros faz o escritor participar do “enlevo por Ponta Grossa e da confiança que todos tem ali no destino da florescente cidade”:

- Agora verifico: tem-se construido muito em Ponta Grossa.
- De ha 10 anos para ca fizeram-se mais de 800 prédios novos.
- É extraordinário! A metade do que se fez em Coritiba !
- A cidade augmentou mais do dobro. Contam-se actualmente 1.500 casas no quadro urbano. Para prova disso, ha uma boa quantidade de ruas novas.
- Quaes são elas?
- Quero ver si me lembra: Tibagy, Rio de Janeiro, Minas Geraes, Goyaz, Bahia, Espirito Santo, Joaquim Nabuco, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Maranhão, dos Operários, Pará, Piauhy, Ceará, Parahyba, Alagôas, Sergipe e Avenida Coronel Villela.
- Dezoito ruas e uma avenida, contei. Effectivamente é uma nova cidade: ha mais de uma aqui no Paraná que não tem tanto...
- Calcula-se em 3.200 o numero dos predios de todo o municipio.
- E a população?

¹⁷. ARQUIVO da Câmara Municipal de Ponta Grossa. Livro de Atas da Câmara Municipal - 1902-1907. f. 125v.-127. Apud GONÇALVES & PINTO, op. cit., p. 41-43.

- A da cidade? Em 10.000 a 12.000 almas. E entre 16.000 a 20.000 a do município¹⁸.

Nessa “nova Ponta Grossa” também vão ser encontrados representantes de um “meio” literário. A imprensa, que se mantém pelo esforço e idealismo de poucos, informa a opinião pública local através de, entre outros, “O Progresso”, de 1907, o mais antigo jornal da cidade; “O Correio dos Campos”, “Via Láctea”, este dedicado essencialmente às letras e “mantido por um grupo entusiasta de moços e moças e nas suas paginas têm sido insertos bons trabalhos em prosa e verso, da lavra de jovens pontagrossenses”¹⁹.

E, vista como uma efeméride pela imprensa, abriu-se em 1904 à rua XV de novembro, a “Livreria do Casusa”.

Num compartimento estreito, em estantes singellas, se viam amontoados. Era o 1º. estabelecimento no genero existente na cidade. Era uma tentativa. Era um golpe de audácia. Vender livros somente, ganhar alguma cousa com esse ramo de negocio, parecia empreza temeraria. Havia, porem, dentro daquelle esboço de livreria, uma inteligencia, uma vontade e uma acção na pessoa de um moço. Era o José da Costa Faria, o popularissimo Casusa²⁰.

A livreria tornou-se um ponto de encontro dos “moços inteligentes” da cidade: possivelmente, o balcão da loja serviu como inspiração à revista “Folha Rósea”²¹ e ao jornal “O Progresso”.

¹⁸. Ibid. p.307-308. O Censo de 1900 revela que o índice populacional de Ponta Grossa era de 8.335 habitantes; em 1920 foi atingida a cifra de 20.171 habitantes.

¹⁹. Jornal “O Progresso” n.º. 594 de 06 de agosto de 1912.

²⁰. Jornal “O Progresso” n.º. 595 de 08 de agosto de 1912.

²¹. Criado a 15 de agosto de 1910, “Folha Rósea” (dirigida por Leocádio Correia, Oscar de Oliveira Ramos, José M. da Costa Faria- o Casusa- e Manuel de Oliveira Franco) trazia como legenda: **Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia**; sub-título: **Instrução e recreio. Distribuição gratuita**. Era de formato pequeno, seis páginas, papel de linho. Traz numerosas colaborações literárias. Anuncia-se: “Resplandecente de pureza e palpitante de vigor, que sempre a mocidade empresta às causas nobilitantes, aparece aos formosos prélios do jornalismo, mais um pioneiro das letras- a Folha Rósea. Às gentis leitoras, leva o perfume inebriante que se evola de suas páginas delicadas.” A manutenção da revista era feita por meio de donativos. Sobreviveu com heroísmo até maio de 1912 (n.º. 36), quando Leocádio Correia, agora único proprietário, transfere-se para Curitiba. Não iria, no entanto, além de alguns números. (Cf. HOLZMANN, E., op. cit., p. 261-262; **Ideais de ontem da cidade sempre jovem** (classificação e comentários de Valfrido Pilotto, referentes aos jornais de Ponta Grossa; coleção do autor).

Indubitavelmente, uma cidade que possui uma livraria como essa não é atrasada. Quem a visita não foge a esta certeza: Ponta Grossa lê bastante e sabe ler! (...) entre a Ponta Grossa de 1904, camponesa rustica e a de 1908, senhorita educada, ia uma notavel diferença²².

Pode-se depreender dos textos acima transcritos o desejo de “legitimação da cidade enquanto espaço e momento para a realização do ideário burguês de civilização e progresso” (MONTEIRO PEREIRA, 1996: 21).

A noção de civilização se afirmaria, principalmente, no caráter desse progresso. É um progresso, em seus diversos aspectos, à moda européia. A cidade vai surgindo como uma urbe cosmopolita, onde o comércio, a estrada de ferro, o novo arruamento, as construções, os habitantes (sérios, ordeiros, empreendedores) e seus novos hábitos civilizados são elementos denotativos de uma “nova Ponta Grossa”.

- Póde-se dizer que Ponta Grossa é hoje uma cidade essencialmente cosmopolita, onde não se sente o predomínio desta ou daquela colonia. Com a facilidade de comunicação que já temos, vae-se constituindo um nucleo composto de diferentes origens, quer nacionaes, quer estrangeiras. Encontram-se aqui paranaenses de quasi todas as localidades do Paraná, brasileiros do Sul e do Norte, allemães, syrios, italianos, suissos, francezes, polacos, hespanhóes, hollandezes (VICTOR, op. cit., p 312).

Mesmo que se leve em consideração as contradições subjacentes a essas afirmações de Nestor Victor, Ponta Grossa vai se compondo dentro desse discurso paranista, como uma cidade solidária, acolhedora, progressista e, por isso, preocupada com questões de ordem intelectual e educacional.

Nesse aspecto, os poderes públicos são exortados à ação, pois "dois poderosos factores para a evolução rápida de um meio são a instrução pública e a existencia de bibliothecas"²³.

Exatamente pela sua carência, cultura e educação escolarizada são preocupações presentes no período.

A poetisa Anita Philipovski²⁴, em entrevista concedida ao jornal “O Progresso” em 8 de agosto de 1912, assim se pronunciava:

²². Jornal “O Progresso” n°. 595 de 08 de agosto de 1912.

²³. Jornal “O Progresso” n°. 595 de 08 de agosto de 1912.

Nós moças de Ponta Grossa que fontes tivemos e temos para saciar nossa sede de saber? Em uma escola de primeiras letras recebiamos o ensino das materias elementares, e este mesmo frequentemente interrompido pelos impedimentos da professora e nada mais. Para frequentar o curso secundario na capital poucos paes podem arcar com as despezas.

(...) podia estabelecer-se tambem um curso secundario para meninas ensinando com especialidade geographia geral, electricidade, escripturação mercantil, contabilidade, tachigrafia e uma das linguas mais geralmente falladas como a franceza, ingleza ou allemã.

(...) Ponta Grossa, porém, a segunda cidade em população e progresso commercial e industrial, já devia ter um estabelecimento de ensino secundario para meninas, que as preparasse para a lucta pela vida, porque aquella de entre nós que quizer, abandonando a rotina commum, sahir desse circulozinho estreito e opressor, adquirir os meios para se lançar numa esphera mais ampla, para levar uma vida menos dependente; enfim ha de recuar vencida ante a impotencia de ver realisada a sua elevada aspiração na falta de uma escola que lhe faculte para esse fim o saber necessario²⁵.

A situação do ensino em Ponta Grossa não diferia muito da situação do Paraná, tanto à época imperial como no período proposto. Desde o tempo do Império a cidade sofria com a ausência de professores. Segundo HOLZMANN (1975, p.26), somente em 1838 foi concedida a autorização para o funcionamento de escolas particulares, sendo que os professores deveriam prestar exames de suficiência em São Paulo²⁶.

Essas escolas, de maneira geral, funcionaram na casa dos professores e tiveram vida efêmera, pois as subvenções recebidas eram desestimulantes. Mesmo assim, Ponta Grossa até a década de 30, teve um número significativo de escolas particulares, das quais as informações são vagas ou inexistentes. Escolas laicas, criadas à época imperial, em situações muitas vezes adversas, estenderam-se pelo período republicano, denotando o esforço anônimo de seus mestres em encorajar o ensino das primeiras letras e o curso secundário.

²⁴. Anita Philipowski, quer como contista, poetisa ou novelista, desenvolveu extraordinária atividade intelectual, notadamente no período de 1910-1940, sendo colaboradora assídua de numerosos jornais e revistas da época. Fez parte do grupo das primeiras animadoras das letras femininas paranaenses (n.a.).

²⁵. Jornal "O Progresso" n°. 595 de 08 de agosto de 1912.

²⁶. HOLZMANN, G. V. F. et al., 1975, p. 26.

2. NÃO TEMOS CLERO, NÃO TEMOS CATÓLICOS...²⁷

Ao mesmo tempo em que os projetos de modernização da sociedade brasileira estavam sendo veiculados, objetivando um respaldo ideológico ao novo regime político que se implantava, o discurso oficial e o da hierarquia católica revelavam-se pouco otimistas com relação ao progresso espiritual do povo do Paraná.

A tarefa de implantação da reforma da Igreja Católica no Brasil exigiu o concurso de muitas forças. Empreendida por alguns bispos empenhados nesse movimento restaurador, foi sendo paulatinamente concretizada, por um lado, com recursos humanos e financeiros do exterior, onde se localizam as casas centrais das congregações, e, por outro, do que foi possível captar dos setores privados locais.

Thomas BRUNEAU (1974, p.71-72) assim comenta:

O foco principal da Igreja era a classe média das áreas urbanas.(...) A escolha desse setor foi lógica, na medida em que a Igreja necessitava de recursos e a classe média os possuía; os padres, apesar de suas origens de classe baixa, adotavam, nos seminários, atitudes de classe média e nela eram recebidos; além do mais, a Igreja na Europa havia desenvolvido estratégias dirigidas para a burguesia, estratégias essas que foram adotadas, sem maiores questionamentos no Brasil.

Paulo José KRISCHKE (1979:135) corrobora Bruneau, dizendo que a separação entre a Igreja e o Estado na Primeira República resultou numa crescente identificação da Igreja com as novas classes sociais emergentes. Passou a adaptar sua ideologia e expandir suas instituições a fim de acomodar a orientação moral e as necessidades educacionais de segmentos crescentes das classes médias urbanas e da burguesia em ascensão.

Ambas as análises, de conteúdo já clássico, põem o acento sobre o lado institucional, destacando-se aí o conceito weberiano de

²⁷. O primeiro bispo de Curitiba, D.José de Camargo Barros (1894-1904), agradecendo ao arcebispo da Bahia o convite para participar do Primeiro Congresso Católico Brasileiro, dizia-lhe: "...infelizmente tenho quase a certeza que desta Diocese, bem poucos, ou talvez nenhum (dos fiéis) irá. Tal é o estado de atraso religioso que aqui se nota, a começar por esta capital. Não temos recursos materiais, não temos clero e quase que posso dizer, não temos católicos" (Carta do bispo D.José de Camargo Barros ao Arcebispo da Bahia, em 13 de fevereiro de 1900. In BALHANA, C. A., 1981, p. 74).

“interesses”²⁸. A Igreja, imersa em uma sociedade em movimento, adaptou suas metas institucionais de modo a assegurar a continuidade ou a expansão de seu espaço social em termos de influência e, eventualmente, de poder.

Não se quer com isso assumir a conhecida tese de que a reforma adaptativa da Igreja Católica visasse apenas a manutenção da própria instituição. É evidente que todo corpo institucional luta para sobreviver e seria desprovida de significado uma instituição suicida. Como as demais instituições, também a Igreja Católica quer se manter atuante na sociedade, porém seus objetivos específicos ultrapassam a perspectiva simples de desenvolvimento e manutenção.

Roberto ROMANO (1979, p. 12), diz que tal caracterização "não daria nenhuma possibilidade para se entender o movimento católico como auto-reflexão, como práxis que vai muito além da mera reprodução mecânica e rotinizada de si mesma".

Colocamos esse dado, talvez óbvio, pelo entendimento da impossibilidade histórica de se manter indefinidamente a defasagem entre a instituição e as novas estruturas sociais emergentes.

Porém, no Paraná, a atividade religiosa em geral é vista com bastante pessimismo no discurso oficial dos finais do século XIX. No relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná a 16 de fevereiro de 1881, o Presidente da Província, Dr. José Pedrosa, lamenta o triste estado da religião na província:

Muito descurado, senhores, vai o culto público. Uns atribuem o mal, faltas as devidas e raras exceções, ao pouco zêlo dos párocos pelo interesse da Igreja; outros explicam com o indiferentismo do povo pela causa da religião. Sou levado a crer, pelo que vejo e sei, que a primeira causa tem bastante contribuído para gerar a segunda e que ambas unidas dão-nos o triste resultado que presenciamos.

Nunca houve, é verdade, fanatismo entre nós, pois que o nosso povo mostra-se sempre tolerante e hospitaleiro para com todos, pouco cabedal fazendo dos sentimentos religiosos alheios. Os templos outrora enchiam-se de fiéis, aos domingos, para ouvirem a missa conventual.

²⁸. Weber analisou a influência de idéias religiosas no comportamento econômico, bem como a influência que o interesse em ganhos materiais e no prestígio social pode ter no desenvolvimento das idéias religiosas. Nesse aspecto, a reflexão weberiana sugere que os homens em sociedade agem com os outros, e contra os outros, com base em seus interesses materiais e ideais e que mantêm uma relação de obediência e autoridade com base em acordos mútuos (Cf. BENDIX: 1986, 229-230).

Hoje, rareiam os assíduos e, nesta Capital, são os estrangeiros que se mostram mais devotos (FEDALTO, 1958, p. 189).

Essa queixa do Presidente da Província insere-se nas preocupações gerais da Igreja Romana desde meados do século XIX, quando ela ensaia a retomada de seu papel de condutora das consciências e dos povos.

Nos finais do século XIX a Igreja no Paraná era uma instituição simplesmente paroquial, do tempo do Império, na verdade um conjunto de pequenas paróquias, conservando as velhas tradições populares, sem missionarismo, sem ação social e burocraticamente desorganizada²⁹.

Na conjuntura da separação do Estado que, se de um lado a libertava, de outro a privava de uma infra-estrutura político-administrativa de apoio, esboçou, a partir da última década do século XIX, a conquista de seu território - o território do sagrado católico, romanizado. É desse momento o encontro de uma Igreja em expansão pela catolização do Paraná, através da organização da Diocese, da introdução de novas ordens e congregações, do estabelecimento do Seminário e de colégios confessionais, com um anti-clericalismo³⁰ contrário à romanização e com um marcante viés nacionalista.

Pela bula pontifícia **Ad Universas Orbi Ecclesias** de Leão XIII, entre outras dioceses brasileiras, foi criada a 27 de abril de 1892, a Diocese de Curitiba, desmembrando-a do Bispado de São Paulo e abrangendo os territórios do Paraná e Santa Catarina.

Segundo Sérgio MICELI (1988, p. 59-79), entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 prefeituras apostólicas, para as

²⁹. MACHADO, Brasil P.. Introdução. In BALHANA, C. A., op. cit., p. 10.

³⁰. O anti-clericalismo não configurou uma ideologia complexa. É muito clara e gira em torno de temas simples, ainda que de temperaturas altas, como a intolerância, a hipocrisia, o poder dos papas, o jesuitismo, o ensino religioso. Concentra-se, sobretudo, no combate à expansão do poder papal, quer religioso, como principalmente, temporal. Os anti-clericais são adversários ferrenhos das chamadas doutrinas ultramontanas de subordinação do poder temporal à autoridade eclesiástica. A França, na segunda metade do século XIX, foi o centro da reação ultramontana. Esse anti-clericalismo franco-belga é o que chegou ao Paraná, via literatura e via testemunhas, como João Itiberê da Cunha, que estudara na Bélgica, retornando ao Paraná em 1893. A Igreja se organizou no próprio fragor da luta: advertindo padres envolvidos na política, organizando um sistema educacional dirigido por congregações estrangeiras, criando uma imprensa católica, pedindo o apoio do Estado na criação de novas Dioceses no território paranaense. (Cf. BALHANA, C. A., p.10 e 12; **Dicionário Histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Livraria Editora do Chain, 1991, p.75-76).

quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos. A organização eclesial, com o advento da República, foi inteiramente estadualizada, pois a política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos estados. Ao formar em todos os estados brasileiros pelo menos uma diocese, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo, com a concentração de recursos organizacionais compatíveis às novas realidades externas e internas a ela mesma: dignitários, seminários, pessoal eclesial, escolas.

Segundo Riolando AZZI (In LIMA, 1995:31-32), essas ações não estavam desligadas do contexto maior das deliberações gerais da Santa Sé. A celebração do Concílio Plenário Latino-americano, em Roma no ano de 1899, permitiu que a Cúria Romana confirmasse de forma definitiva seu domínio sobre as igrejas oriundas do colonialismo ibérico.

Um dos pontos mais enfatizados por este Concílio foi a necessidade de promoção das escolas católicas enquanto contraposição à perspectiva leiga dos estados modernos. Para tal, recomendava-se aos prelados o empenho na continuidade da colaboração dos religiosos europeus.

Julgamos significativo comentar alguns aspectos relacionados às expectativas da Santa Sé nesse momento com relação aos seus pastores e à sua ação dentro das dioceses, na medida em que a atividade educacional é um dos elementos centrais do projeto de cristianização da sociedade e, portanto, indissociável das práticas pastorais.

A partir da época republicana, um dos critérios básicos para a nomeação episcopal seria a fidelidade dos futuros prelados às normas da Cúria Romana. Ou seja, caberia aos bispos nacionais apenas referendar as diretrizes romanas.

De maneira geral, pode-se dizer que, no período, a grande maioria dos bispados empenhou-se no projeto de romanização de suas dioceses, revelando uma certa indiferença para com os problemas do país.

Um desses problemas foi a questão imigratória: embora os bispos tenham aberto as portas de suas dioceses para os institutos religiosos europeus (cuja vinda fora muitas vezes solicitada por eles próprios no sentido de efetuar a reforma do catolicismo brasileiro), alguns perceberam que os novos agentes pastorais não só lutavam em defesa da autenticidade da fé, mas com frequência a vinculavam à sua cultura de origem.

Dessa forma, a resistência mais expressiva ao avanço do catolicismo de imigração³¹ veio de bispos brasileiros, preocupados com dois aspectos: em primeiro lugar, o perigo da presença do imigrante europeu, enquanto portador de doutrinas “exóticas”, ideologias que poderiam ser implantadas na sociedade brasileira, e que de alguma forma poderiam vir a questionar e entrar o projeto de romanização da Igreja do Brasil; em segundo lugar, a perspectiva da perda de identidade cultural do catolicismo brasileiro.

Dentre os bispos mais favoráveis à nacionalização do catolicismo dos imigrantes, estava D. Duarte Leopoldo e Silva, bispo de Curitiba³². Este prelado questionava a tese defendida pelos padres europeus de que era necessária a preservação da língua e dos costumes da pátria de origem para que os imigrantes perseverassem na fé.

Um novo problema surgia: a dificuldade dos párocos estrangeiros no atendimento à população que eles chamavam de “lusobrasileira” ou simplesmente de “lusa”, com cujo catolicismo de raízes populares entravam continuamente em choque.

Em correspondência enviada ao clero diocesano a 02 de janeiro de 1905, D. Duarte assim se expressou:

Em vista das dificuldades quasi insuperáveis que se nos têm deparado no provimento de certas paróquias da Diocese, chamamos a melhor atenção de V. Revma. para a conveniência e necessidade de estudo da língua portuguesa. Compostas as nossas populações, na imensa maioria de nacionais e estrangeiros de diversas nacionalidades, que juntos trabalham para o engrandecimento do país, não podemos consentir que se levantem muralhas chinesas em torno de certas populações nesta

³¹. “O processo de implantação do catolicismo de imigração foi feito através de duas fases sucessivas. A primeira foi promovida pelos próprios colonos, na etapa inicial de sua fixação ao solo. A segunda foi orientada pelos múltiplos clérigos regulares e seculares vindos da Europa para o atendimento religioso dos imigrantes. Poder-se-ia, portanto, falar de uma etapa inicial mais leiga, e em seguida, de uma etapa predominantemente clerical nesse processo de manutenção da fé entre os imigrantes”.(AZZI, R. In: DREHER, op. cit., p. 70-71).

³². D. Duarte Leopoldo e Silva foi o segundo bispo da Diocese de Curitiba, sagrado a 22 de maio de 1904 e tomando posse da Diocese a 2 de outubro do mesmo ano. Seu episcopado durou apenas 30 meses, quando foi chamado para tomar posse da Diocese de São Paulo em 14 de abril de 1907.

terra que a todos offerece, além de franca e leal hospitalidade, todos os recursos da sua abundancia³³.

Segundo D. Duarte, o Brasil era um país de tradição católica e, por isso, o clero deveria esforçar-se por integrar o imigrante, o mais rapidamente possível, na língua e na cultura do povo brasileiro. Por isso desejava que os padres europeus que prestavam assistência a colonos poloneses, italianos e alemães, aprendessem logo o português e, embora respeitando as dificuldades dos mais velhos, incentivassem entre os mais jovens o aprendizado do idioma nacional.

Si é verdade que muitos estrangeiros, já por defeito de educação, já pelo adeantado da idade não conseguem aprender a nossa bella lingua portugueza, não seja este motivo para lhe negarmos o pão do espirito na unica linguagem que o podem receber³⁴.

Insistia para que nas escolas organizadas pelos institutos religiosos a serviço dos imigrantes fosse ministrado também o ensino da língua da nova pátria que haviam escolhido para si e para seus filhos. Ordenou a esses sacerdotes que não se dedicassem exclusivamente aos colonos europeus, como se formassem um quisto social, mas que brasileiros e imigrantes fossem igualmente assistidos, especialmente as famílias mais pobres e à margem dos núcleos coloniais.

Mas não se comprehende como possa, em boa consciencia, abandonar tão grande numero de almas à fatalidade da ignorancia religiosa, um padre que não desconhece as responsabilidades de seu ministério. Ora, é certo que em meio às populações brasileiras ou mesmo estrangeiras em sua maioria, são muitos os que conhecem a lingua do paiz e della se utilizam, com vantagem nas suas relações sociaes.³⁵

Assim, prescreve:

Não é permitido a quem por dever de estado, ha de estar em contacto com as populações, ignorar a língua que é e sempre será o laço de união entre nacionais e estrangeiros. Em vista destas considerações e de outras que não escaparão a V. Revma., ordenamos: 1) Que todos os sacerdotes

³³. Mandamento de D. Duarte Leopoldo e Silva-Livro-tombo da Paróquia de Sant' Ana, nº 5, folha 1, 02 de janeiro de 1905.

³⁴. Ibidem.

³⁵. Ibidem.

que de algum modo têm cura d'almas nesta diocese, procurem com toda diligência adquirir conhecimento da língua portuguesa, no prazo mais breve possível. 2) Reservamos para nós o direito de julgar cada um dos casos particulares, fazendo as exceções que nos aconselhar a prudência. 3) Declaramos que, para o futuro, nenhum sacerdote estrangeiro terá officio ou ocupação nesta Diocese, sem que após um prazo razoável tenha prestado exame pratico na língua portuguesa.³⁶

Esse discurso veemente de D. Duarte parece ser uma resposta e um direcionamento a situações de discriminação com relação aos "brazileiros", criadas por padres e colonos europeus, especialmente os alemães³⁷.

Pode ser também um indicativo da correlação de forças no interior da própria instituição eclesiástica. A crescente importação de religiosos estrangeiros no início do século e as contínuas interferências do bispo ou das próprias autoridades civis em esferas que os religiosos tinham como de sua exclusiva competência, foram instâncias geradoras de conflitos e competição entre o clero nacional e aquele oriundo dos centros europeus (MICELI, 1988, p. 109 e ss.).

Ao mesmo tempo, tal discurso inseria-se nas preocupações governamentais do período, que se voltam para a doutrinação patriótica, tentando impedir a emergência de outro ideário que não seja o da construção da nação brasileira. Para o ideário republicano a imposição a todos de uma língua nacional é questão de vital importância, na medida em que isto conduziria a "um sistema comum de categorias de percepção e uma visão unitária do mundo social". (TRINDADE, 1992, p. 191).

³⁶. Ibidem.

³⁷. Outros prelados bastante sensíveis à integração do imigrante à cultura nacional foram D. João Batista Neri, bispo da diocese do Espírito Santo (1896) e D. Joaquim Domingues de Oliveira, segundo bispo de Santa Catarina (1914). Posição diferente foi a de D. João Becker, primeiro bispo de Santa Catarina (1908) e posteriormente arcebispo de Porto Alegre (1912): vindo da Alemanha ainda criança, mostrou-se grande defensor das expressões culturais típicas do catolicismo de imigração. Entendia que era necessário preservar a fé daqueles que migravam, dentro da sua própria cultura de origem, sendo que a integração à nova realidade deveria ser efetuada a longo prazo. Contrariamente aos bispos anteriormente mencionados, prescrevia aos vigários que vertessem para o idioma de origem dos migrantes as atas por ele redigidas em português nos livros do Tombo. (Cf. AZZI, R. In: DREHER, M., op. cit., p. 91). O contingente alemão era parcialmente católico, trazendo da Alemanha suas devoções e práticas religiosas. Sua origem teuta acentuava ainda mais as diferenças com relação à cultura brasileira.

De forma pouco expressiva, também os governos estaduais olharam pela integração cultural do imigrante, mediante a criação de escolas públicas nas áreas de colonização. Mas encontraram a resistência de padres europeus, feita em nome da escola católica, ainda que fossem os mesmos aqueles que lecionavam tanto na escola pública como na católica³⁸.

O controle da produção da cultura em geral e os cuidados com a escola e sua clientela em particular também preocuparam D. Duarte Leopoldo e Silva. Neste caso, suas concepções de ciência e progresso adequavam-se integralmente ao projeto de romanização da Igreja. Na sua primeira carta pastoral à diocese (1904), D. Duarte exorta o clero:

No meio das doutrinas perversas e immoraes de um seculo em que tudo se decompõe: no horrivel pandemonium creado pelo fatal esquecimento do principio da autoridade, respirando por toda parte uma atmosphaera de insubordinação e de revolta, só nos principios da Egreja Catholica se nos depara um preservativo salutar contra a possivel desagregação das forças da sociedade.(...) Tem-se dicto que a Religião é o aroma da sciencia, e ella é, de facto, o sal da civilisação e do progresso.(...) Queremos a sciencia com a vastidão dos seus horizontes, com as mais luminosas projecções sobre o campo da actividade humana; mas uma sciencia que ilumine sem incendiar, que edifique sem destruir, que corrija sem perverter. Applaudimos as bellas descobertas do espirito moderno mas não lhe consentimos que ultrapasse as raias do seu dominio, em flagrante contraposição com os principios eternos da ordem sobrenatural. (...) O mundo não poderá jamais restaurar-se sem um longo e perseverante trabalho da educação e a educação ha de ser feita por vós em nome da Egreja e com os ellementos que só ella pode ministrar.(...) Si estais convencidos, Veneraveis Irmãos, de que o parochiato é um verdadeiro apostolado, duvidamos que vos seja possivel afastar das vossas preocupações de zelo a manifestação das escolas catholicas.(...) A neutralidade em materia de religião é absolutamente impossivel, e decididamente, ou a escola ha de ser catholica ou ha de ser impia, não ha meio termo.³⁹ (sem grifo no original).

³⁸. O tema das escolas nas colonias “estrangeiras” no Paraná e a participação governamental no estabelecimento das mesmas encontra-se em WACHOWICZ, Lilian A., p. 204-223; WACHOWICZ, Ruy., p. 19 e ss.

³⁹. Primeira carta pastoral de D. Duarte Leopoldo e Silva. Roma, 22 de maio de 1904. Livro Tombo nº 5 da Paróquia de Sant’Ana (folha 1 e ss.).

D. Duarte acompanhou o pronunciamento geral dos bispos brasileiros; inspirou-se na Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro de 1890, onde aqueles também proferiram duras palavras não só contra a escola leiga, como também à imprensa, entendendo ambas como dois veículos deformadores da juventude e da opinião pública:

Não vemos nas escolas, desde as ínfimas até as superiores, erguerem-se cátedras de pestilência a exalar os seus miasmas deletérios, e enquanto nesses santuários poluídos da ciência os professores do ateísmo pervertem a incauta mocidade sedenta de saber, não vemos outros emissários do mal, não menos criminosos, apoderarem-se da imprensa, e por meio dela corromperem o povo e desnortarem o espírito público?

⁴⁰

Esse tema não deixou de inquietar o episcopado nacional refletindo-se, anos mais tarde, nas decisões da conferência dos bispos do centro-sul do país, reunidos em São Paulo, em 1910. Nessa ocasião, condenou-se explicitamente a escola pública, pelo seu desprovemento de caráter sacral, sendo exortados os párocos, pregadores e catequistas a dissuadirem os pais de família a colocar seus filhos em "tais escolas, neutras, mistas e leigas, expostos a perigos tão grandes"⁴¹.

O contraponto às concepções de ciência e educação laicas era a escola de confissão católica. O clero diocesano foi, portanto, incentivado a patrociná-las no âmbito de suas paróquias:

Nas circunstâncias em que se acha a Igreja diante do ensino leigo, é de necessidade inadiável que em todas as paróquias, haja escolas primárias católicas, a que chamamos paroquiais, nas quais a mocidade nascente encontre o pasto espiritual da doutrina cristã, e de outros conhecimentos para a vida prática.

Ordenamos, portanto, aos reverendos párocos que envidem todos os esforços para fundá-las o quanto antes, onde as não houver, e não descensem enquanto não conseguirem, por si ou por outrem, a

⁴⁰. Episcopado Brasileiro. **Pastoral Coletiva**. Rio de Janeiro: Tip. Montenegro, 1890. In: MOOG RODRIGUES, op. cit., p. 48.

⁴¹. Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, São Paulo e Porto Alegre. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1911. In: LIMA (org.), 1995, p. 31.

realização deste ideal, em suas paróquias, custe o que custar (AZZI. In: LIMA (org.), 1995, p.32).

A finalidade básica da escola paroquial era oferecer aos meninos uma instrução elementar que lhes permitisse assimilar melhor os conceitos do catolicismo e que os introduzisse adequadamente às práticas sacramentais. Foi sobretudo nas regiões de imigração européia no sul do país onde esse apelo foi atendido de maneira mais plena⁴².

Acompanhando o movimento de chegada e instalação de congregações estrangeiras no país, em 1903 a Paróquia de Ponta Grossa⁴³ foi confiada aos padres do Verbo Divino. Essa medida partiu, segundo consta, dos pedidos do padre João Batista de Oliveira, pároco de Sant'Ana e das determinações de D. José de Camargo Barros, primeiro bispo de Curitiba, que chamara esta congregação para o específico trabalho de pastoral paroquial.

Fundaram em Ponta Grossa uma escola paroquial mista que começou a funcionar com 30 alunos. A especificidade do trabalho educativo, somado à carência de sacerdotes na paróquia, levou-os a pedir auxílio às Irmãs Missionárias Servas dos Espírito Santo⁴⁴, de origem alemã, com as quais partilhavam o mesmo fundador:

Os revdos. padres Luiz Berger e José Dillinger, já há um ano desejosos de obter o auxílio das Irmãs para a colaboração de seus trabalhos nesta cidade, procuravam aplainar os caminhos para as Irmãs, empenhando-se em afastar as maiores dificuldades. Estes padres já haviam fundado uma

⁴². Entre os católicos alemães, existem dois tipos distintos de escolas: as mantidas diretamente pelas comunidades, predominantes na área rural, e as que eram dirigidas por congregações religiosas, encontrado quase exclusivamente nos núcleos urbanos ou semi-urbanos. Ambos eram controlados pela Igreja, mas o segundo era parte integrante da organização eclesiástica local, levando por isso freqüentemente a denominação de **escola paroquial**. As chamadas escolas alemãs eram geralmente integradas em sistemas que refletiam a diferenciação cultural, sobretudo religiosa, dos teuto-brasileiros. (Cf. WILLEMS, Emílio, p. 287).

⁴³. A história da paróquia de Sant'Ana confunde-se com a história da cidade. A data de 15 de setembro, considerada data magna para o povo da cidade, não é senão o dia da criação da Freguesia de Senhora Sant'Ana, em 1823, por decreto imperial. Até 1935, foi a única paróquia da cidade. (Cf. **Diocese de Ponta Grossa-Cinqüentenário**).

⁴⁴. "Para maior garantia da ortodoxia doutrinária, as escolas paroquiais foram sendo confiadas em geral a institutos religiosos femininos. As freiras, por sua vez, atuavam sob a orientação direta do pároco". (DREHER, op. cit., p. 73)

escola que já estava bastante frequentada e a pretendiam entregar aos cuidados das nossas Irmãs⁴⁵.

O projeto da romanização da Igreja no Brasil vai ter nas escolas paroquiais e colégios, bem como no trabalho catequético em geral, canais privilegiados através dos quais a Igreja faz passar representações religiosas e éticas compatíveis com o modo de produção capitalista. Isso pode ser explicado a partir da formação de um novo estilo apostólico, produto do movimento renovador das ordens e congregações religiosas do século XIX.

Graças à confluência de fatores internos à própria vida religiosa e fatores político-sociais ligados à romanização da Igreja, surgiu na Europa, um modelo de vida consagrada feminina. É o modelo congregacional ou de vida ativa, que passou a predominar sobre o anterior, conventual.

É somente no Império que tal estilo de vida consagrada chegou ao Brasil⁴⁶, tendo um significativo impulso com a proclamação da República e a separação Estado-Igreja. A partir da Proclamação da República pode-se falar em uma verdadeira “invasão” de congregações religiosas no Brasil. Esse novo estilo de vida ativa vai marcando a ação religiosa feminina em “terras de missão”, com tarefas bem definidas: as chamadas “obras de caridade” em asilos, santas casas e orfanatos⁴⁷ e a educação da juventude nos colégios.

⁴⁵. Crônica das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo em Ponta Grossa-1905 (Manuscrito).

⁴⁶. “Embora o início do processo restaurador da Igreja fosse anterior ao período republicano, pode-se dizer que é com a proclamação da República em 1889, que ele ganha dinamismo e se efetiva. A separação Igreja-Estado, propiciando um movimento de aproximação de Roma, coloca as condições necessárias para que a Igreja do Brasil se fortaleça e desenvolva institucionalmente. Sem o apoio do aparato estatal, com o qual contava para sustentar-se, esta passa a desenvolver uma estratégia de afirmação perante o Estado. É-lhe necessário pois multiplicar as instituições que podem fazê-la aparecer como poder na sociedade. E são as religiosas, em grande parte, que irão fornecer a mão-de-obra de que precisa para o funcionamento dessas obras”.(NUNES, M.J.R., 1985, p. 32).

⁴⁷. Com a desarticulação da velha ordem escravista e a progressiva eliminação dos laços de compadrio da anterior ordem patriarcal, substituídos pelo capitalismo competitivo, num Estado liberal e não intervencionista, a religião, e dentro dela as religiosas, desempenharão papel cada vez mais relevante: o de curar os males produzidos pela exploração capitalista do trabalho, e isto destituído de qualquer contrapartida social. Assim, entre a segunda metade do século XIX e a Revolução de Trinta é a atividade apostólica das religiosas junto aos desfavorecidos, que irá suavizar em parte, a ausência dos poderes públicos (Cf. BEOZZO. José O. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, R. A

O catolicismo romanizado, europeizado e racionalista, vai ter repercussão nas elites brasileiras, as quais colocavam suas referências culturais nos padrões europeus; é para essas elites que a Igreja se volta diretamente nesse momento. É uma espécie de “*reforma pelo alto*”, bastando ao povo, especialmente na área rural, as visitas missionárias pascais, batizados, casamentos e as pregações das Santas Missões. Para este povo, a separação entre Estado e Igreja, na verdade, nada alterou, exceto pela interferência esporádica das novas orientações eclesiais em suas festas de padroeiros e devoções tradicionais.

Mesmo assim, os bispos entendiam que o povo, embora não participando diretamente dessas novas orientações da Santa Sé, deveria responder de maneira mais devota à voz e à presença de seus pastores, adequando-se ao espírito de romanização da Igreja.

D. Duarte, por ocasião de visita pastoral a Ponta Grossa, sentiu que “o povo havia se mostrado frio em sua recepção, o que o magoou”.⁴⁸

Deixa muito a desejar o espírito religioso da população que, tendo bons sentimentos, não tem sido cultivada como o requer o serviço de Deus e das almas. Graças, porém, à misericórdia de Deus, temos a consolação de ver à frente desta paróquia os Pes. do Verbo Divino, aos quaes tanto deve a Diocese. Muito esperamos do seu zelo e dedicação para reforma deste bom povo, e para esse fim, muito lhes recommendamos o Apostolado da Oração, as escolas catholicas e o ensino do catecismo. São dignos de louvor o empenho do Revmo. Vigário em manter e dirigir pessoalmente uma escola para meninos e outra para meninas sob a direcção das Servas do Espírito Santo, cujo zelo vai dando optimos resultados. Duarte, Bispo Diocesano ⁴⁹ (sem grifo no original).

vida religiosa no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 103-104. É interessante observar que a preocupação das religiosas em atender aos menos favorecidos é uma constante na história das congregações. Na falta de um sistema previdenciário de amparo à velhice, multiplicam-se os asilos. Na falta de seguros contra enfermidades e acidentes de trabalho, as Santas Casas irão acolher os trabalhadores como indigentes; os orfanatos irão atender as crianças órfãs e abandonadas. Esse tipo de atividade é o cotidiano de muitas irmãs, embora uma visão político-social ingênua e acrítica, na maioria das vezes, não lhes permita alcançar as raízes da problemática e as faça pedir auxílio exatamente aos causadores da mesma (Cf. NUNES, M.J.R., op. cit., p. 33).

⁴⁸. Crônica das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, 1906 (manuscrito).

⁴⁹. Provimento da visita pastoral de 1906 de D. Duarte Leopoldo e Silva. Livro-tombo da Paróquia de Sant’Ana.

E esta “*reforma*” da população deveria passar, entre outras coisas, pela educação católica. Toda teoria educacional tem a intenção de modificar e aperfeiçoar o comportamento do educando, nordeando-o à assimilação de um conjunto de valores estabelecido por grupos ou instituições que falam e agem em nome do bem comum, dos interesses nacionais ou dos interesses da humanidade.

A proposta educacional do catolicismo ultramontano, com seu corpo de especialistas no saber religioso, empenhou-se em afastar os católicos de certas expressões da modernidade, bem como em transformá-los em instrumentos de recristianização da sociedade. Por isso, a educação católica interessava não apenas o grupo católico, mas passou a constituir uma espécie de doutrina educacional das elites, por base conservadoras. Estas, embora modernas em alguns aspectos e tendo um papel destacado na reestruturação da sociedade pós-abolicionista e republicana, não pareciam demonstrar interesse por alterações mais profundas nessa sociedade.

Assim, no momento histórico da consolidação republicana, em que o governo entendia tomar atitudes modernizantes com relação à produção e as elites pautavam suas relações políticas pelo liberalismo, estas mesmas elites passaram a educar seus filhos, de maneira geral, nas escolas conservadoras católicas.

O Brasil, terra de missão, em 1902 recebeu pela primeira vez as Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, que em 1905 chegaram em Ponta Grossa, sob os auspícios e com o apoio da instituição eclesiástica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja não privilegiou apenas uma revisão defensiva de suas doutrinas oficiais nos diversos ramos do conhecimento e do apostolado, afetadas de perto pelas grandes transformações políticas e sociais em curso no momento em questão. A reação eclesiástica desdobrou-se em uma série de iniciativas que, a longo prazo, passaram a garantir um mínimo de fortalecimento organizacional e de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológica, cultural e religiosa do mundo contemporâneo. Não se pode negar que a Igreja se insere numa sociedade cuja visão de mundo dominante está impregnada de valores de uma elite que em larga medida, embora não exclusivamente, os produz e os carrega consigo. Por outro lado, a Igreja não pode ser vista como uma mera consumidora e reprodutora de esquemas mentais alheios. Seus valores

fundamentais e sua doutrina compõem um universo simbólico próprio através do qual as concepções predominante são balizadas e, se for o caso, negadas. (DA MATA, 1998, p.78).

A Igreja era vista pelos adeptos do novo regime - imbuídos do espírito liberal-positivista com seus ideais de progresso racional e mentalidade cientificista - como uma instituição anacrônica, reminiscência de um passado arcaico e, portanto, totalmente descartável com relação aos desafios dos tempos modernos. Constituíam um entrave para o livre desenvolvimento do novo regime.

Ora, no momento em que se fortaleceram as idéias liberais, que desaguaram na abolição da escravatura, na mudança de regime político, na separação Estado-Igreja e na laicização do sistema educacional, implantou-se no país uma rede de escolas confessionais “católicas”, isto é, mantidas por congregações pertencentes a uma instituição tida como anacrônica e resistente à modernidade e ao progresso.

Tal situação poderia parecer contraditória. Seria, se fosse adotada uma concepção excludente e maniqueísta da História, segundo a qual os republicanos seriam todos modernistas, o que os levaria a incorporar plenamente o projeto supostamente moderno do liberalismo. Os monarquistas, por sua vez, seriam sempre adeptos do arcaísmo, o que os levaria a aceitar na totalidade o projeto de romanização da Igreja e suas alternativas. No entanto, no Brasil os limites entre conservadores, liberais, monarquistas e republicanos sempre foram muito tênues; a contradição está presente não porque republicanos e monarquistas conviviam harmoniosamente, mas principalmente porque ambos defendiam posições opostas entre si: uma tendência ao progresso e à modernização quanto às relações políticas e de produção e posturas conservadoras com relação à política social e aos aspectos educacionais (MANOEL, 1988, p. 252-253).

Tanto o liberalismo republicano como o catolicismo entendiam a educação como princípio norteador e moralizador da sociedade, evidentemente dentro de leituras diferenciadas. A cultura iluminista que de certa forma impregnava a intelectualidade brasileira nos finais do século XIX, apresentava um caráter religioso, sem contudo endossar as orientações do catolicismo ultramontano. Conforme Augustin WERNET (1983, p. 371), o conceito iluminista de religião tinha em Deus “o grande relojoeiro” que colocou em funcionamento “o relógio maravilhosos da vida terrestre” e considerava a igreja um “instituto de educação moral”.

Essas concepções sobre Deus, o mundo e a Igreja, foram adotadas pelos políticos brasileiros pelo seu teor conciliatório e adequado ao liberalismo eclético da política brasileira. Essa foi a razão pela qual os políticos liberais não optaram, ao menos de forma explícita, pela irreligiosidade ou pelo ateísmo, estabelecendo um conceito de educação ao qual a idéia religiosa não era totalmente estranha.

Igreja e governo republicano, mesmo usando de estratégias diferentes, permitem e fazem veicular no interior da cultura, valores, crenças, e aspirações, no sentido de manter e legitimar a ordem social e política constituída

Com a proclamação da República, os projetos de reformas para a instrução pública não se efetivaram, na medida em que reproduziam a fragmentação e a instabilidade do ensino da época imperial, com uma carência crônica de verbas, professores e escolas. Ponta Grossa até 1912, não possuía escolas públicas, apenas escolas particulares, de duração efêmera. As Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, ao fundar o Colégio Sant'Ana, criaram um estabelecimento de ensino estável, eficiente e duradouro. Embora sua proposta pedagógica estivesse ancorada no ideário católico, a mesma não conflitava com o conservadorismo da sociedade local, não obstante as tensões presentes na sua fase de instalação.

Podemos dizer que, de maneira geral, os colégios católicos fizeram um esforço significativo de adaptação à legislação vigente e, paulatinamente, foram obtendo o reconhecimento oficial. A obrigatoriedade de seguimento dos currículos oficiais e a respectiva fiscalização, obrigaram os educadores católicos a uma relação mais estreita com os poderes constituídos, a fim de que seus institutos pudessem continuar funcionando.

Percebe-se na crônica da escola, uma gradual distensão nas relações com as autoridades locais e uma preocupação maior em acompanhar a vida cidadina em suas diversas manifestações. Paulatinamente irá conquistando espaços no conjunto da sociedade, sem deixar de combater aqueles que chamava de seus “inimigos”: protestantes, maçons, espíritas, comunistas. Pugnou pela implantação de uma “ordem cristã”, ou seja, uma sociedade pautada nos princípios e perspectivas do cristianismo.

É dentro desse conjunto de alterações do instituto católico em âmbito internacional situou-se o processo de construção de uma nova identidade católica no Brasil. A sua vertente educacional materializou-se

na sociedade pontagrossense, através de um estabelecimento de ensino de origem alemã e cuja proposta estava totalmente sintonizada com as novas orientações da Igreja Católica para a romanização da Igreja no Brasil.

Sociedade campeira em declínio e em confronto com novas idéias de urbanização e progresso, consolidação dos ideais republicanos, presença dos diversos grupos imigratórios, compromisso de veiculação do catolicismo ultramontano, eis o campo de “missão” das Servas em Ponta Grossa, a partir de 1905.

ABSTRACT

This article intends to establish a counterpoint between the overweening speech in Paraná, in the conjuncture of the Republic settlement, and the pessimism speech of the Catholic hierarchy. In the beginning of the XX century, the city of Ponta Grossa, although presenting a rustic and timid urban profile, is seen by some intellectuals of the time as a homelike, progressive urban area and appointed to be the capital of the centre of Paraná. From the bishopric point of view, Paraná and Ponta Grossa were seen mission earth, the places where the Christian civilisation did not still arrive. In 1905, the establishment of a feminine religious congregation - The Missionary Sisters Servas do Espírito Santo - in renewal moments of the Catholic institution, meant an attempt to the settlement of new guidelines of the the Roman chief church through education.

Key words: Catholicism, Catholic education, ultramontanism, immigration, romanization.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1883.

_____. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.

_____. et al. A teologia no Brasil. Considerações históricas. In: **História da teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981, p. 39.

_____. **História da educação católica no Brasil - contribuição dos Irmãos Maristas**. São Paulo: Loyola/ SIMAR, vol. I, 1997.

- _____. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin N. (org.) **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida: Ed. Santuário, 1993.
- _____. **O estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.
- _____ & BEOZZO, José Oscar (orgs.). **Os religiosos no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- _____. O movimento brasileiro de Reforma Católica durante o século XIX. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, n. 135, 1974.
- BALHANA, A. P. ; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização**. Separata do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, p. 345-389, 1969.
- BALHANA, Altiva P. et al. **História do Paraná I**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- _____. Quantitativos dos imigrantes entrados no Paraná. In: **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Ed. Livraria do Chaim, 1991, p. 392.
- BALHANA, Carlos Alberto F. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- BENDIX, Reinhard. **Max Weber, um perfil intelectual**. Brasília: Edit. Universidade de Brasília, 1986.
- BENEDETTI, Luiz Roberto. **Os santos nômades e o Deus estabelecido**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- BEOZZO, J. O. Decadência e morte, restauração e multiplicação das ordens e congregações religiosas no Brasil (1870-1930). In: AZZI, R. (org.). **A vida religiosa no Brasil- enfoques históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983.
- BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, B. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1984. v. 4: O Brasil Republicano. p. 273-341.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado**. São Paulo: Paulus, 1985.
- _____ & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CEHILA. **Para uma história da Igreja na América Latina - marcos teóricos (o debate metodológico)**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem - a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933)**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- DIOCESE DE PONTA GROSSA - **Cinqüentenário (1926-1976)**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.
- DA MATA, Sérgio. JUC e MMC: polaridade político religiosa em Belo Horizonte. In **Revista de História Regional**. (Departamento de História-Universidade Estadual de Ponta Grossa) Ponta Grossa, Paraná, vol. 3, n ° 1, p. 65-86, verão. 1998.
- DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de Edward Palmer Thompson e Natalie Davies. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- DREHER, Martin N.(org.) **Imigrações e história da Igreja no Brasil**. Aparecida: Ed. Santuário, 1993.
- _____. **Igreja e germanidade**. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984.
- DUPRONT, Alphonse. **A religião católica: possibilidades e perspectivas**. São Paulo: Loyola, 1995
- FEDALTO, Pedro. **A arquidiocese de Curitiba na sua história**. Curitiba, 1958.
- FOOT HARDMANN, F.; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.
- GONÇALVES, Maria Aparecida C.; PINTO, Elisabete A. **Ponta Grossa- um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler, 1983.
- GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Estudo demográfico da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa (1823-1879)**. Curitiba, 1979. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.
- _____. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. & RANGER, T. (org.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco histórias convergentes**. Curitiba: Requião, 1966

- HOLZMANN, Guísela V. Frey et al. **Ponta Grossa. Edição Histórica**. Curitiba: Requião & Cia. Ltda, 1975.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro (1550-1800)**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- _____. (Org.). **História da igreja na América Latina e no Caribe- 1945/1995: o debate metodológico**. Petrópolis: Vozes, 1995 (CEHILA).
- KRISCHKE, Paulo José. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LAMB, Roberto E. **Uma jornada civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na província do Paraná. (1867-1882)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela na modernização de Castro**. Curitiba, 1995. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal do Paraná.
- LIBÂNIO, João Batista. **As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LIMA, Severina Alves de (org.). **Caminhos novos na educação**. 1.ed. São Paulo: FTD, 1995.
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. Pio IX e o catolicismo no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, vol. 40, fasc. 158, p. 270-285, jun. 1980.
- _____. Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890): uma passagem para a libertação. In **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, vol. 35, fasc. 139, p. 624-647, set. 1975.
- MAINWARING, Scott. **Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina: os colégios da Irmãs de São José de Chambéry**. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado em História)-Universidade de São Paulo.
- MARCHI, Euclides. Uma igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: **História: Questões & Debates**. Curitiba, n. 18 e 19, p. 213-233, jun. e dez. 1989.
- MICELI, Sérgio. **A elite eclesiástica brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

- MORAIS, Régis de. **História e pensamento na educação brasileira**. Campinas: Papirus, 1985.
- NEVES, Margarida de Souza Neves. Uma escrita no tempo: ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: Setor de Filologia da Fundação Casa de Rui Barbosa. **A crônica - o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- NUNES, Maria José Rosado. **Vida religiosa nos meios populares**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, vol. 36, fasc. 141, mar. 1976.
- _____. **Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PAIM, Antonio. Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha. In: BARRETTO, Vicente; PAIM, Antonio. **Evolução do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1989.
- PEREIRA, Luis Fernando Lopes. Paranismo: cultura e imaginário no Paraná dos anos 20. In: **Cultura e cidadania**. Paraná, ANPUH, vol. 1, p. 273-292, 1996.
- PEREIRA, Magnus R. de Mello. **Fazendeiro, industriais e não-morigerados: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)**. Curitiba, 1990. Dissertação (Mestrado em História)-Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- PEREIRA, Marco Aurélio Monteiro. A cidade de Curitiba no discurso de viajantes e cronistas do século XIX e início do século XX. **Revista de História Regional**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de História, vol. 1, n. 1, Inverno, 1996.
- PINTO, Elisabete A. **A população de Ponta Grossa a partir do Registro Civil (1889-1920)**. Curitiba, 1980. Dissertação (Mestrado em História)- Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.
- POULAT, Emile. Compreensão histórica da Igreja e compreensão eclesiástica da História. In: **Concilium**. Petrópolis: Vozes, n. 7, p. 811-823, 1971.
- RODRIGUES, Ana Maria Moog. (Sel. e introd.) **A Igreja na República**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.
- RUBERT, Arlindo. Os bispos do Brasil no Concílio Vaticano I (1869-1870). In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, n. 29, p. 103-120, mar. 1969.

- SANCHIS, Pierre (org.). **Catolicismo: cotidiano e movimentos**. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. **Catolicismo: modernidade e tradição**. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. **Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990.
- SILVA, Edson Armando. **Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa (1904-1973)**. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná.
- SZVARÇA, Décio Roberto. **O forjador: ruínas de um mito - Romário Martins (1893-1944)**. Curitiba, 1993. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná.
- THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias - mulheres de Curitiba na Primeira República**. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- VICTOR, Nestor. **A terra do futuro (impressões do Paraná)**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913.
- VILLAÇA, Antonio. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- WACHOWICZ, Lilian Anna. **A relação professor-Estado no Paraná tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984.
- WACHOWICZ, Ruy. **Anais da comunidade brasileiro-polonesa**. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, 1970.
- WEILER, Anton. História eclesíastica como autocompreensão da Igreja. In: **Concilium**. Petrópolis: Vozes, n. 7, p. 805-810, 1971.
- WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.
- WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980.

FONTES:

- Cartas pastorais de D. Antonio Mazzarotto (1930-1935).
- Cartas pastorais e mandamentos de D. Duarte Leopoldo e Silva- 1904-1906.

Crônica das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo 1905-1932 (manuscrito).

Jornal "O Progresso". Ponta Grossa, ano de 1912.

Livro-tombo da Paróquia de Sant'Ana - 1889-1930.